

ESPAÇOS ECONÓMICOS E ESPAÇOS DE SEGURANÇA



Luís Moita

Luís Valença Pinto
(coordenação)



OBSERVARE
Observatório de Relações Exteriores
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

ESPAÇOS ECONÓMICOS E ESPAÇOS DE SEGURANÇA



**Luís Moita
Luís Valença Pinto
(coordenação)**



Observatório de Relações Exteriores
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

Título

Espaços económicos e espaços de segurança

Coordenação

Luís Moita e Luís Valença Pinto

Edição

Madalena Romão Mira e Paula Pereira

Design

Inês Rosário e Rita Romeiras

Impressão ACD Print

ISBN 978-989-8191-77-9

e-ISBN 978-989-8191-82-3

Depósito Legal 426352/17

Nota: Foi respeitada a diversidade de escrita dos autores, tanto quanto à língua original utilizada, como quanto ao sistema de referência bibliográfica escolhido e quanto aos acordos ortográficos seguidos

© OBSERVARE e Universidade Autónoma de Lisboa

MOITA, LUÍS; PINTO, LUÍS VALENÇA (Coord.) (2017). ESPAÇOS ECONÓMICOS E ESPAÇOS DE SEGURANÇA. Lisboa: UAL; OBSERVARE. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/3037>.

ISBN 978-989-8191-73-1

e-ISBN 978-989-8191-79-3

Economia, segurança

CDU 33

35

Índice

PREFÁCIO — <i>Luís Moita e Luís Valença Pinto</i>	7
INTERNATIONAL REGIMES AS AN ANALYTICAL TOOL — <i>Isabel Ferreira Nunes</i>	15
INTEGRACIÓN, ECONOMÍA Y SEGURIDAD: UNA REVISIÓN CRÍTICA DE SU CONSTRUCCIÓN Y LÍMITES — <i>Paloma García-Picazo</i>	41
IL RIFIUTO DELLA GUERRA NELLE COSTITUZIONI POSTBELLICHE DI GIAPPONE, ITALIA E GERMANIA — <i>Mario G. Losano</i>	71
A SOBERANIA NO SÉCULO XXI — <i>Patrícia Galvão Teles</i>	127
(IN)SEGURANÇA NUM MUNDO POLICÊNTRICO — <i>Álvaro de Vasconcelos e Maria João Seabra</i>	151
A GLOBALIZAÇÃO ENVOLVE UMA DIMENSÃO DE SEGURANÇA? O CRIME E POLICIAMENTO TRANSNACIONAL. — <i>Priscila Villela Frascino e Helena Salim de Castro</i>	171
OS MARES COMO ESPAÇOS ECONÓMICOS E DE SEGURANÇA — <i>Jaime Ferreira da Silva</i>	199
A SEGURANÇA DOS PONTOS DE ARTICULAÇÃO ESTRATÉGICA — <i>Carlos Branco</i>	227
RICOSTITUIRE LA COESIONE E LA CENTRALITÀ MEDITERRANEE: IL TENTATIVO ITALIANO PER UN MEDITERRANEO ALLARGATO — <i>Matteo Marconi e Enrico Mariutti</i>	259
EL ESPACIO DE SEGURIDAD DE LA FEDERACIÓN DE RUSIA: INTERESES ESTRATÉGICOS Y ECONÓMICOS — <i>Rafael Calduch Cervera</i>	279

UCRAINA: ESISTE UNO SPAZIO ECONOMICO, ESISTE UN POPOLO? — <i>Edoardo Boria e Daniele Scalea</i>	293
ÁFRICA NAS ESTRATÉGIAS NORTE-AMERICANA E FRANCESA — <i>Fernando Jorge Cardoso</i>	315
ÁSIA-PACÍFICO: ESPAÇO REGIONAL? ECONÓMICO E DE SEGURANÇA? — <i>Luís Tomé</i>	341
NOVAS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS E DE SEGURANÇA NO GOLFO PÉRSICO: A ASCENSÃO DA ARÁBIA SAUDITA E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS — <i>Vânia Carvalho Pinto e Luíza Gimenez Cerioli</i>	365
PERCEÇÕES DE (IN)SEGURANÇA E A COMPETIÇÃO GEOESTRATÉGICA SINO-INDIANA NA REGIÃO DO OCEANO ÍNDICO — <i>Alexandre Carriço e Constantino Xavier</i>	385
O SISTEMA DE PAZ E SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: ASPIRAÇÕES E EVOLUÇÃO — <i>Mateus Kowalski</i>	427
SENTIDO E DILEMAS DOS BRICS NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA MUNDIAL — <i>Silvério da Rocha-Cunha e Marco António Baptista Martins</i>	459
BRAZIL'S INTERNATIONAL INSERTION IN THE MILITARY ASPECT, DEFENSE AND INTERNATIONAL SECURITY: THE BRAZILIAN MINISTRY OF DEFENSE, ITS ARMED FORCES IN UN PEACEKEEPING OPERATIONS AND THE CASE OF HAITI — <i>João Fernando Finazzi e Rodrigo Augusto Duarte Amaral</i>	473

DA PESC À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA: CONTRIBUTOS PARA O ESPAÇO DE SEGURANÇA EUROPEU — <i>Ana Paula Brandão</i>	503
UNIÃO EURO-ASIÁTICA E POLÍTICA EXTERNA RUSSA: QUE PEÇA NO PUZZLE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL? — <i>Maria Raquel Freire</i>	529
UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL PRIMACY OVER MILITARY INTERVENTIONS IN AFRICA AND THE AFRICAN PEACE AND SECURITY ARCHITECTURE — <i>Ricardo Real P. Sousa</i>	553
AS NOVAS DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DA SEGURANÇA NO ESPAÇO DA IGAD — <i>Luís Bernardino e Luís Valença Pinto</i>	607
LA SEGURIDAD EN LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL LATINOAMERICANA — <i>Heriberto Cairo Carou e Jerónimo Ríos Sierra</i>	625
ÁREAS PROTEGIDAS TRANSFRONTEIRIÇAS: CONFLUÊNCIA ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO — <i>Brígida Brito</i>	651
RECURSOS ENERGÉTICOS FÓSSEIS E SEGURANÇA: OS CASOS BRASILEIRO E ARGENTINO — <i>Filipe Vasconcelos Romão</i>	677
WATER SECURITY: FURTHERING PEACEFUL CO-EXISTENCE OF PEOPLE AND SOCIETIES — <i>Catarina de Albuquerque, Alice Bouman-Dentener e Josefina Maestu</i>	699
A INTERNET COMO ESPAÇO ECONÓMICO E DE SEGURANÇA — <i>Alexandre de Sousa Carvalho e Sofia José Santos</i>	725
A CRISE GLOBAL DO AMBIENTE NO CRUZAMENTO DA GEOPOLÍTICA E DA GEOECONOMIA — <i>Viriato Soromenho-Marques</i>	761

Ásia-Pacífico: Espaço Regional? Económico e de Segurança?

LUÍSTOMÉ

Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), onde coordena o Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia.

Coordenador Científico do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores e da linha de investigação “Estudos de Segurança, da Paz e da Guerra”.

As suas áreas de investigação são, entre outras, as Relações Internacionais, a Geopolítica e a Segurança Internacional, bem como as regiões Ásia-Pacífico e Euro-Atlântica.

Das suas inúmeras publicações destacam-se *The New World’s Geopolitical Outline / Novo Recorte Geopolítico Mundial* (Quid Juris, 2004); *East Asia Today* (Ed., Prefácio, 2009) ou “*Islamic State*” – *the new global jihadist phenomenon* (Ed. Formalpress/Media XXI, 2015).

Ásia-Pacífico: Espaço Regional? Económico e de Segurança?

INTRODUÇÃO

«Here, we see the future. As the world's fastest-growing region — and home to more than half the global economy — the Asia Pacific is critical to achieving my highest priority: creating jobs and opportunity for the American people. With most of the world's nuclear powers and some half of humanity, Asia will largely define whether the century ahead will be marked by conflict or cooperation, needless suffering or human progress.»

(Presidente Obama, 2011)

Estas palavras do presidente dos Estados Unidos, proferidas no parlamento australiano, confirmam que a Ásia-Pacífico é cada vez mais reconhecida como o epicentro da geopolítica e da geoeconomia mundiais, espaço onde as evoluções, as dinâmicas, os comportamentos e as interações definem largamente os destinos de outros actores, de outras regiões e do mundo.

Com efeito, da ascensão económica e estratégica de gigantes como a China e a Índia à perpetuação de inúmeras disputas territoriais e fronteiriças, passando por rivalidades históricas, a crescente dependência das importações de energia, o aumento significativo dos orçamentos e capacidades militares ou a centralidade da região na gestão de desafios globais cruciais (protecção ambiental, democracia, respeito pelos direitos humanos, luta contra o ter-

rorismo, rotas de comunicação marítimas, desenvolvimento, pressão demográfica, urbanização, proliferação de ADM, etc.), são muitos os factores que tornam a Ásia-Pacífico determinante para o mundo no século XXI, seja nos melhores ou nos piores cenários.

Todavia, representa a “Ásia-Pacífico” uma verdadeira região do globo? E sendo possível referir a Ásia-Pacífico enquanto teatro de comportamentos e interações, constitui autenticamente um “espaço económico” e/ou um “espaço de segurança”? Estas são questões fundamentais para as análises sobre a Ásia-Pacífico cujas respostas se procuram discutir neste ensaio.

Assim, começaremos por explicar a “Ásia-Pacífico” enquanto espaço regional à luz da geografia, das percepções, do regionalismo e da intensidade das interconexões entre os actores. Com base nestes critérios, discutiremos depois se a Ásia-Pacífico pode ser assumida e analisada apropriadamente como espaço económico e também como espaço de segurança. No final, tentaremos sumariamente vislumbrar algumas conexões entre os domínios da economia e da segurança na Ásia-Pacífico e os seus efeitos para o ambiente regional.

1. ÁSIA-PACÍFICO, ESPAÇO REGIONAL

A referência a “Ásia-Pacífico” remete, desde logo, para a geografia porque sugere, no imediato, um determinado espaço do globo correspondente à soma do continente asiático e do oceano Pacífico ou, numa impressão mais restrita, à parcela da Ásia que confina com o Pacífico e mares adjacentes. Ainda assim, as “fronteiras” desse espaço variam consoante os critérios (geográficos/geológicos, culturais/civilizacionais, étnicos, linguísticos, religiosos, políticos, económicos ou outros) e as “arrumações” respectivas dos países e povos aí residentes, bem como a organização e delimitação das diversas regiões do mundo.

A geografia não determina comportamentos nem interações, mas as percepções, o potencial, as ideias e as políticas, bem como as agendas e prioridades, derivam muito de circunstâncias geográficas básicas. Daí a identificação da Ásia-Pacífico implicar também a noção de “região”, que podemos assumir como uma área confinada do globo onde um conjunto de actores reside e interage entre si, positiva ou negativamente, existindo uma determinada consciencialização de pertença a esse espaço e do que é “extra-regional”. Uma região é, assim, um “teatro de operações”, de comportamentos e de interações, o ambiente externo próximo mais imediato percecionado pelos decisores políticos e que mais directamente afecta as suas decisões, visões e condutas (Tomé, 2010: I Parte).

De certo modo, uma região já o era antes de o ser, mas só o é verdadeiramente em termos de política internacional quando representa conscientemente uma área mais ou menos delimitada para a acção conjunta e interactuante dos seus actores — ainda que, no caso da Ásia-Pacífico, como refere Barry Buzan (2012: 23), «*a region that spans oceans and contains half of the world stretches the concept beyond breaking point*».

Uma região pode, então, ser definida por referência geográfica mas também pela percepção: se se pensa que existe e se actua como se existisse, então existe num certo sentido. Por isso, a insistência numa ideia de região pode ser um passo numa estratégia política para que ela, efectivamente, o seja. Em larga medida, é isto que acontece crescentemente na Ásia-Pacífico: certos discursos invocando o “nós” face aos “outros”, os sucessivos e constantes apelos aos “valores e princípios regionais”, a recorrente invocação do “século XXI, século da Ásia-Pacífico” e da “era da Ásia-Pacífico” ou ainda a ideia de edificação de uma “Comunidade” da Ásia-Pacífico constituem e reforçam uma determinada autoconstrução identitária regional, ao mesmo tempo que outros actores internacionais são levados a perceber cada vez mais esta como uma das regiões do globo (Tomé, 2010: 57-64).

Com efeito, tanto os actores residentes como os não residentes geograficamente nesse espaço referem a Ásia-Pacífico como espaço regional. De dirigentes e documentos da China, Índia, Japão ou Austrália a discursos e políticas também de americanos, russos, europeus ou africanos, passando por organizações regionais e internacionais, analistas e observadores, *think tanks*, estudos académicos, as mais variadas publicações ou órgãos de comunicação social, generalizou-se o emprego de “Ásia-Pacífico” para identificar aquela região.

O “regionalismo” é outra noção útil para identificar um espaço regional, embora sendo um conceito controverso, desde logo, porque se manifesta de diferentes formas em distintas regiões do mundo. Na concepção de Christopher M. Dent, *regionalism* significa «*the structures, processes and arrangements that are working towards greater coherence within a specific international region in terms of economic, political, security, socio-cultural and other kinds of linkages*», distinguindo-o de “regionalização” na medida em que «*regionalism is more a policy-driven, top-down process while regionalization is more of a societal-driven, bottom-up process*» (Dent, 2008: 7). E o facto é que parece estar em curso um processo de “regionalismo” e também de “regionalização” na Ásia-Pacífico que, embora de forma ambivalente, não pode deixar de ser associado ao processo mais vasto de aceleração do processo de globalização, competição económica e política entre agrupamentos regionais e procura de soluções regionais para problemas não meramente nacionais. Daí a proliferação de quadros institu-

cionais e não-governamentais – o que significa que, mesmo na muito diversa e heterogênea Ásia-Pacífico, a identificação regional reflecte hoje muito mais do que a mera referência geográfica e que há um “regionalismo” que se corporiza cada vez mais no institucionalismo (Tomé, 2015: 130-131).

Na realidade, tem-se assistido na Ásia-Pacífico à proliferação de organizações e quadros multilaterais e institucionais em todos os níveis e em todos os domínios. Dos organismos pan-regionais que envolvem países de várias sub-regiões da Ásia-Pacífico salientam-se a *United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* (UN-ESCAP), a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) e a *East Asia Summit* (EAS). Outros mecanismos pan-regionais exemplificativos e que assumem na sua designação a concepção de “Ásia-Pacífico” são *Asia Pacific Telecommunity* (APT), *Trans-Pacific Partnership*, *Asian and Pacific Centre for Transfer of Technology*, *Centre for Alleviation of Poverty through Secondary Crops’ Development in Asia and the Pacific*, *Asian and Pacific Centre for Agricultural Engineering and Machinery*, *Asian and Pacific Training Centre for Information and Communication Technology for Development*, etc.

Acrescem a estes os quadros não-governamentais, designadamente dos chamados “track 1.5” – envolvendo *fora* interparlamentares (como o *Asia Pacific Parliamentary Forum*) – e “track 2”, este reunindo uma plêiade de actores não oficiais, incluindo entidades privadas, *think tanks*, empresas, indivíduos e organismos da sociedade civil de diferentes países, como ilustram exemplos tão diversificados como o *Pacific Economic Cooperation Council*, o *East Asia Study Group*, o *East Asia Forum*, o *Shangri-la Dialogue*, a *Network of East Asian Think-Tanks*, o *East Asian Bureau of Economic Research*, o *Council for Security and Cooperation in Asia and the Pacific* ou o *Boao Forum for Asia* (ver mapa in Tomé, 2015: 130).

Sendo, portanto, a Ásia-Pacífico percebida e comumente referida como área particular do globo, coloca-se então a questão da delimitação desse espaço regional, a sua abrangência ou as suas “fronteiras”, fundamental para situar a Ásia-Pacífico enquanto objeto de análise e naturalmente também as relações desta com outras regiões do mundo.

Para esse efeito, uma possibilidade será atendermos à divisão dos espaços regionais feita por organizações internacionais, normalmente bastante útil pela agregação de dados comparativos entre as diversas regiões do globo. Contudo, encontramos variações bastante significativas sobre o significado e a abrangência da Ásia-Pacífico.

Essas variações ocorrem inclusivamente no seio da própria organização, como acontece no caso da ONU. A *United Nations Statistics Division* na sua “Composition of macro geographical (continental) regions, geographical

sub-regions, and selected economic and other groupings”, separa a Ásia (subdivida em Ásia Central, Ásia Oriental, Ásia Meridional, Sudeste Asiático e Ásia Ocidental) e a Oceânia (subdividida entre Austrália e Nova Zelândia, Melanésia, Micronésia, Polinésia). Já em termos de *United Nations Regional Groups of Member States* surge o *UN Asia-Pacific Group*, agregando 55 países, do Chipre ou do Afeganistão ao Japão ou a Vanuatu, incluindo aqueles que noutras referências surgem normalmente no “Médio Oriente” (por exemplo, Líbano e Iémen) ou na “Ásia Central” (como o Cazaquistão e o Tajiquistão). E das cinco comissões regionais da ONU, a *Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* (UN-ESCAP) é de longe a mais vasta, englobando 53 Estados membros e 9 membros associados, cobrindo a área geográfica que vai da Turquia às ilhas Kiribati e da Federação Russa à Nova Zelândia, onde residem 4,1 mil milhões de pessoas ou dois terços da população mundial.

Por seu lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI/IMF) lista apenas 34 *Asia Pacific Countries*, da Índia (mas não, por exemplo, o Paquistão nem o Afeganistão) às ilhas Kiribati, passando pelo Bangladesh, a China ou a Austrália. Porém, para efeitos do seu *World Economic Outlook* e *Data Mapper*, o FMI agrega na região “Asia and Pacific” 48 economias, desde o Cáucaso e Ásia Central às ilhas do Pacífico, passando pelas Ásias Meridional, do Sudeste e Oriental (aqui separando a RPChina das suas RAE de Hong Kong e Macau e ainda a *Taiwan Province of China*).

Já a Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO), no seu *World Statistics Review 2016 – Composition of geographical and economic groupings* (WTO, 2016: 72-73), coloca sob a referência “Ásia” também países geograficamente da Oceânia/Pacífico (como a Austrália, as Ilhas Salomão ou Tonga) mas exclui outros asiáticos que integra antes no “Médio Oriente” (como o Irão, a Arábia Saudita ou o Qatar).

Noutro exemplo distinto, o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), na sua *Military Expenditure Database*, distingue a *Asia & Pacific* de outras macro-regiões do mundo (África, Américas, Europa e Médio Oriente) agregando sob essa designação 32 países das sub-regiões Ásia Central, *East Asia*/Nordeste Asiático, Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceânia, mas exclui certos países asiáticos, que coloca na região do “Médio Oriente” (incluindo aqui a EuroAsiática Turquia) ou a EuroAsiática Rússia, que integra na Europa.

Operacional e útil para identificação e delimitação de espaços regionais do globo é também, por vezes, o recurso a organizações regionais. Porém, também a este nível a Ásia-Pacífico se presta a ambiguidades em resultado de um *membership* diversificado.

Por exemplo, a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) associa 21 economias¹ ribeirinhas do maior oceano do planeta, o Pacífico, e de três continentes — Ásia, Oceânia e também do americano —, da RPChina aos Estados Unidos, da Rússia ou da Austrália ao Canadá e ao Chile, numa abrangência que raramente é assumida quando se refere a “Ásia-Pacífico” (em regra, não se incluem nesta as Américas), além de que a APEC exclui a maioria das economias e dos povos geograficamente residentes na Ásia e no Pacífico. De igual modo, a *East Asia Summit* (EAS) contribui para a ambiguidade analítica e conceptual, já que nessas cimeiras participam líderes de 18 países membros, alguns sim da “Ásia Oriental” — assumida como o conjunto do Nordeste Asiático e do Sudeste Asiático (ver Tomé, 2009 e 2010), como sejam a Rússia, o Japão, a China e a Coreia do Sul e ainda os dez países ASEAN² — mas outros são da Ásia Meridional (Índia), da Oceânia (Austrália e a Nova Zelândia) e da América do Norte (Estados Unidos). Ou seja, embora a “Ásia-Pacífico” seja comumente referida e assumida como espaço regional, as suas “fronteiras” são ambíguas e variáveis, não existindo uma delimitação unívoca e inequívoca, e dependendo o seu significado de quem referencia e do que se pretenda referir e/ou analisar. Importa, assim, perceber se a Ásia-Pacífico constitui um verdadeiro espaço económico e um espaço de segurança e as conexões entre estes dois domínios naquela região.

2. ÁSIA-PACÍFICO, ESPAÇO ECONÓMICO

Economicamente, a Ásia-Pacífico é a região mais dinâmica do mundo, tendendo a ser nos próximos anos/décadas como o principal motor do crescimento económico mundial. Em larga medida, isso está associado a um crescimento acentuado e contínuo dos PIBs da China e da Índia, os países mais populosos do planeta (respectivamente com cerca de 1400 milhões e 1300 milhões de habitantes), secundado por muitos outros países em desenvolvimento que na região têm crescido a um ritmo bastante acima da média mundial. Para 2017, por exemplo, o FMI estima um crescimento de 6,2%

¹ Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Estados Unidos, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, RAE de Hong Kong, RPChina, Rússia, Singapura, Tailândia, Taipé Chinesa e Vietname.

² *Association of Southeast Asian Nations*: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname.

para a China, 7,6% para a Índia, 5,1% para o grupo dos dez países ASEAN e 3,3% para os “pequenos Estados da Ásia-Pacífico”, ao passo que Austrália e Nova Zelândia se deverão ficar pelos 2,7% e o Japão apenas em 0,6%. E enquanto economia mundial cresce 3,4%, em 2017, a Ásia-Pacífico deverá crescer 5,3% (FMI, 2016).

O resultado desse crescimento económico é o aumento muito significativo da parcela da região na economia mundial: entre 1990 e 2017, o *share* da Ásia-Pacífico no PIB mundial em paridades de poder de compra (PPP) passou de 27,3% para 44,4%; por comparação, no mesmo período, o *share* do conjunto das Américas diminuiu de 34,4% para 24,7% e o da Europa de 28,9% para 20,9%, ao passo que as parcelas do Médio Oriente e de África aumentaram ligeiramente de 4,5% para 4,9% e de 5% para 5,1%, respectivamente (ibid.). A confirmarem-se as estimativas, dentro de escassos anos a Ásia-Pacífico representará metade de todo o PIB mundial!

Mas, uma vez mais, constitui a área geográfica definida como Ásia-Pacífico um verdadeiro espaço económico?

Como vimos anteriormente, uma região também existe pela percepção, e não há dúvida de que tanto os actores regionais como os extra-regionais percebem e referem a Ásia-Pacífico como espaço económico. Entre muitos exemplos, é sintomática a forma como o Japão refere este espaço regional no seu mais recente *Diplomatic Bluebook*:

«The Asia-Oceania region is home to many emerging countries and is blessed with an abundance of human resources. It is a world growth center and has been enhancing its presence. Of the world population of 7,3 billion, approximately 3,5 billion live in East Asia Summit (EAS) member states (excluding the U.S. and Russia). This represents about 48% of the world's population. The combined nominal gross domestic product (GDP) of the Association of Southeast Asian Nation (ASEAN) member states, China and India grew 430% over the last ten years, as compared with the world average of 180%. Total exports and imports of EAS member states (excluding the U.S. and Russia) is 11 trillion US dollars, making it the second largest market behind the European Union (12 trillion US dollars). Of these exports and imports, 33,1% are intra-regional, illustrating the close economic ties between these nations and their high degree of economic interdependence. As the middle class expands, overall purchasing power is expected to rise sharply. This will support strong economic growth within the region...» (Japan-MOFA, 2016: Chap. 2-Section 1).

Esta citação remete para outros dois níveis de apreciação da Ásia-Pacífico enquanto espaço económico: o do regionalismo e o da intensidade das interdependências económicas e comerciais.

O “regionalismo” é descrito no *Dictionary of Trade Policy Terms* como «*actions by governments to liberalize or facilitate trade on a regional basis, sometimes through free-trade areas or customs unions*» (WTO – Scope of Regional Trade Agreements). Nesta acepção, podemos então dizer que há um processo de regionalismo na Ásia-Pacífico.

A este respeito, merecem destaque a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC), a *East Asia Summit* (EAS) e a *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP). A APEC é um fórum económico regional lançado em 1989 e que, nos termos da própria organização, visa «*to leverage the growing interdependence of the Asia-Pacific. APEC's 21 members aim to create greater prosperity... by accelerating regional economic integration*» (APEC – About APEC). Os três grandes pilares da agenda da APEC são a liberalização do comércio e do investimento entre os membros, incluindo a promoção de acordos bilaterais e regionais, tendo por objectivo constituir a *Free Trade Area of the Asia-Pacific* (FTAAP); a facilitação dos negócios através de medidas de redução de tempo, custos e incerteza, bem como a harmonização de políticas; e a cooperação económica e técnica cujas prioridades incluem o fortalecimento do combate à corrupção, a educação e a competência técnica, a segurança energética, o desenvolvimento ambientalmente sustentável e o desenvolvimento das infraestruturas.

A *East Asia Summit* (EAS) é um fórum de líderes criado, em 2005, para a cooperação e o diálogo estratégico sobre desafios-chave que afectam a região, com o objectivo de promover a integração regional aproveitando o dinamismo económico em curso na Ásia-Pacífico. O interesse e a perseverança dos EUA e da Rússia permitiu-lhes tomarem parte nestas cimeiras, desde 2011, pelo que a EAS reúne agora dezoito países – somando aos 10 ASEAN, também a Austrália, a RPChina, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, a Nova Zelândia, a Rússia e os EUA – que, colectivamente, representam aproximadamente 55% da população mundial e do PIB mundial. No caso da Austrália, por exemplo, os seus parceiros da EAS recebem mais de 77% das exportações australianas (Australian Government – Department of Foreign Affairs and Trade).

A *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP) foi lançada em 2012 entre os dez países ASEAN e seis parceiros com quem a ASEAN tem estabelecidos Acordos de Comércio Livre – concretamente, a RPChina (ACFTA), a Coreia do Sul (AKFTA), o Japão (AJCEP), a Índia (AIFTA) e ainda a Austrália e a Nova Zelândia (AANZFTA) –, «*in order to broaden and deepen the engagement among parties and to enhance parties' participation in economic development of the region*» (ASEAN – RCEP About), tendo em vista o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Regional, com as negociações entre os dezasseis

países a incluírem questões como comércio de bens e serviços, investimento, cooperação económica e técnica, propriedade intelectual, resolução de disputas, *e-commerce* ou apoio às pequenas e médias empresas.

Paralelamente, e além dos atrás referidos Acordos de Comércio Livre (FTAs) celebrados entre o grupo ASEAN e seis dos seus parceiros, encontramos muitos outros FTAs na Ásia-Pacífico, incluindo os seguintes em vigor: *Asia Pacific Trade Agreement* (APTA, entre Bangladesh, China, Índia, Coreia do Sul, Laos e Sri Lanka), Austrália-RPChina, Austrália-Nova Zelândia, Austrália-Papua Nova Guiné, Brunei-Japão, China-Coreia do Sul, China-Nova Zelândia, China-Singapura, Índia-Japão, Índia-Malásia, Índia-Singapura, Japão-Austrália, Japão-Indonésia, Japão-Malásia, Japão-Mongólia, Japão-Filipinas, Japão-Singapura, Japão-Tailândia, Japão-Vietname, Coreia do Sul-Austrália, Coreia do Sul-Índia, Coreia do Sul-Nova Zelândia, Coreia do Sul-Singapura, Coreia do Sul-EUA, Coreia do Sul-Vietname, Laos-Tailândia, Malásia-Austrália, Nova Zelândia-*Chinese Taipei*, Nova Zelândia-Malásia, Nova Zelândia-Singapura, Paquistão-China, Paquistão-Malásia, Paquistão Sri-Lanka, Singapura-Austrália, Singapura-*Chinese Taipei*, Tailândia-Austrália, Tailândia-Nova Zelândia, *Trans-Pacific Strategic Economic Partnership* (Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura), EUA-Austrália e EUA-Singapura.

A estes somam-se ainda inúmeros *Preferential Trade Arrangements* (PTAs) e outros Acordos em fase de negociação ou mesmo já assinados mas ainda não em vigor, com destaque para o *Trans-Pacific Partnership* (TPP) ou *Trans Pacific Partnership Agreement* (TPPA) envolvendo Brunei, Chile, Nova Zelândia, Singapura, Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru, EUA e Vietname.

Por outro lado, tem-se assistido a aumentos assinaláveis nos intercâmbios e nas interdependências entre as economias da Ásia-Pacífico ao longo das últimas décadas, nem sempre coincidindo o significado comercial mútuo com determinados “alinhamentos estratégicos” que se poderiam presumir atendendo à História e aos dilemas de segurança, como veremos adiante. Por exemplo, a China tornou-se o maior parceiro comercial da Austrália, do Japão, da Coreia do Sul ou do grupo ASEAN e o 2º maior dos EUA, da Rússia ou da Índia (nos três casos logo atrás do conjunto UE28) e até de Taiwan (logo atrás dos EUA). Por seu lado, a seguir ao conjunto UE28, os maiores parceiros comerciais da China são EUA (2º), ASEAN10 (3º), Japão (4º), Coreia do Sul (5º), Taiwan (6º) e Austrália (7º) (European Commission – Trade Statistics)³.

³ Os dados são referentes ao ano de 2015.

No ranking dos maiores parceiros comerciais do Japão, além da China e dos EUA nas 1ª e 2ª posições, encontramos entre as 4ª e a 9ª posições, respectivamente, a ASEAN10, a Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Austrália e Malásia. Para o grupo ASEAN, entre os maiores parceiros comerciais estão a China (1ª) e também EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Índia e Austrália respectivamente da 3ª à 8ª posições no ranking – sendo que o comércio intra-ASEAN representa cerca de 27% do total do comércio externo dos 10 países integrantes da Associação. No caso da Austrália, além da China surgem também o Japão, os EUA, a ASEAN ou a Índia entre os maiores parceiros comerciais, respetivamente nas 3ª, 4ª, 5ª e 9ª posições. No ranking dos maiores parceiros da Índia surgem China (1ª), EUA (3ª), ASEAN10 (4ª) ou Coreia do Sul (7ª). Vários parceiros da Ásia-Pacífico surgem igualmente nos top 10 dos maiores parceiros comerciais dos EUA e da Rússia: no caso dos EUA, a seguir à UE28, à China e ao Canadá surgem a ASEAN (4ª), o Japão (5ª), a Coreia do Sul (6ª) e Taiwan (7ª); para a Rússia, além da China (2ª) estão o Japão (5ª), os EUA (6ª), a Coreia do Sul (7ª), o grupo ASEAN10 (8ª) e a Índia (10ª) (ibid.).

3. ÁSIA-PACÍFICO, ESPAÇO DE SEGURANÇA

A agenda de segurança da Ásia-Pacífico, seguindo o padrão global das últimas décadas, é extraordinariamente vasta e diversificada, somando às dimensões e preocupações tradicionais outras “não convencionais” ou “não militares”: disputas territoriais, fronteiriças e de soberania (frequentemente envolvendo as grandes potências), rivalidades históricas, separatismos e nacionalismos, terrorismo, pirataria marítima, criminalidade transnacional, movimentos populacionais massivos, pressão demográfica, catástrofes naturais, violação massiva dos direitos humanos, pobreza e subdesenvolvimento, vias de comunicação marítima, Estados frágeis, ciber(in)segurança, pandemias, corrida aos armamentos, proliferação nuclear e de outras ADM, (in)segurança económica e energética, regimes políticos autocráticos, (in)segurança ambiental, crises e conflitos (incluindo alguns *hotspots* do tempo da Guerra Fria e países e nações que continuam divididos), (in)segurança humana, disputas entre grandes potências e eixos estratégicos, etc. A questão é que na Ásia-Pacífico encontramos *todos* os factores e preocupações de insegurança e de conflitualidade, e de forma particularmente intensa ou grave (ver Tomé, 2010: 231-269 e Tomé, 2013).

Por exemplo, para economias abertas e tão dependentes de mercados externos como são genericamente as da Ásia-Pacífico, tudo o que possa fazer perigar

as rotas para escoamento da produção e abastecimento de certos recursos e matérias-primas constitui uma preocupação central, pelo que dimensões como a segurança económica e energética e questões como a pirataria marítima ou a segurança de certos estreitos estratégicos ou das vias marítimas de comunicação são consideradas vitais na região – tanto mais que na Ásia-Pacífico se encontram alguns dos maiores consumidores de energia do mundo e dependentes das importações de petróleo e de gás natural (como a China, a Índia ou o Japão), algumas das rotas de navegação mais intensa do globo (como as que cruzam do Índico para o Pacífico e os mares da China), alguns dos estreitos mais importantes (com destaque para o de Malaca) e algumas das áreas mais fustigadas pela pirataria marítima (como nos mares e arquipélagos do Sudeste Asiático).

Também em termos de catástrofes naturais a Ásia-Pacífico sofre como nenhuma outra região do mundo, desde logo por via das inerentes condições geográficas/geológicas e climáticas. Além da impressionante quantidade de catástrofes naturais que assolam frequentemente a região (tsunamis, tremores de terra, vulcões, aluimentos de terras, cheias, etc.), os seus efeitos são quase sempre bastante trágicos, mercê dos locais e das condições em que vivem largas centenas de milhões de pessoas (designadamente em zonas costeiras e áreas deltaicas, nos sopés de montanhas ou em áreas densamente povoadas) (ver CRED, EM-DAT The International Disaster Database).

O terrorismo assume igualmente patamares de enorme gravidade na Ásia-Pacífico, região onde existem largas centenas de grupos terroristas de múltiplas tendências e motivações. Desde logo, há dezenas de grupos jihadistas e milhares de militantes afectos aos dois líderes do movimento jihadista global, o Daesh e a Al-Qaeda, bem como a outras organizações radicais islâmicas, responsáveis por frequentes ataques e milhares de vítimas do Paquistão à Austrália. Por outro lado, o terrorismo nesta região é também uma táctica e uma estratégia a que recorrem diversos grupos radicais de outras tendências religiosas e seitas (dos radicais sikhs ao movimento “Verdade Suprema”), inúmeros grupos independentistas e separatistas (de vários Estados indianos aos uígures na China, passando pela Tailândia, Myanmar, Indonésia ou Filipinas) ou ainda grupos terroristas de extrema-esquerda (na Índia, nas Filipinas ou no Japão) (ver START, Global Terrorism Database).

Ao mesmo tempo, subsistem inúmeros conflitos e disputas territoriais e fronteiriças, muitos deles envolvendo directamente as grandes potências. Por exemplo, a Índia disputa com o Paquistão o território de Sir Creek e fronteiras marítimas e, sobretudo, a Caxemira; reivindica à China os territórios

de Aksai Chin e Trans-Karakorum (considerados por Nova Deli parte da Caxemira) enquanto Pequim lhe disputa o Arunachal Pradesh (considerado por Pequim parte integrante do Tibete); e mantém ainda disputas com as Maldivas sobre a ilha Minicoy, com o Nepal sobre a cidade de Kalapani e o distrito de Nawalparasi e com o Bangladesh sobre 162 minúsculos enclaves e sobre a ilha Talpatti Sul / New Moore na baía de Bengala, além de 6,5 km de fronteira terrestre por demarcar entre os dois países.

Também a RPChina, além da questão de Taiwan (“protegido” pelos EUA), mantém disputas com a esmagadora maioria dos países vizinhos e nas áreas circundantes: à Índia a RPChina reivindica o Arunachal Pradesh, enquanto Nova Deli reivindica à RPChina o território de Aksai Chin; ao Japão, a China reivindica as ilhas Senkaku/ Diaoyu; com a Coreia do Sul, a China disputa as ilhotas Socotra (a que os coreanos se referem como Jeodo ou Parangdo e o chineses Suyan); com o Butão, a RPChina disputa áreas fronteiriças ao longo dos 470 km da fronteira comum. A RPChina está ainda envolvida nas disputas de áreas de soberania e de exploração e/ou as ZEEs respectivas no mar Amarelo (com a Coreia do Norte, a Coreia do Sul e o Japão), no mar da China Oriental (China e Taiwan, Japão e Coreia do Sul) e no mar da China Meridional (com vários países do Sudeste Asiático).

Ainda no mar da China do Sul, a China e o Vietname disputam as ilhas Paracel e os limites respectivos no golfo de Tonquim; a China, o Vietname e também as Filipinas, o Brunei, a Indonésia e a Malásia disputam o arquipélago das Spratly; a China e as Filipinas disputam ainda os baixios/atóis de Scarborough ou Panatag (cuja designação chinesa é Huangyan Dao) e de Macclesfield Bank (Zhongsha Qundao para os chineses). Mantém-se igualmente por regular o golfo da Tailândia – disputado entre o Vietname, o Camboja, a Malásia e a Tailândia –, bem como vários diferendos fronteiriços entre países da ASEAN ou ainda o mar de Timor, disputado entre a Indonésia, Timor-Leste e a Austrália.

O Japão é outra potência que permanece com os seus limites fronteiriços indefinidos por disputas territoriais que mantém com todos os seus vizinhos: além da disputa das ilhas Senkaku/Diaoyu com Pequim e Taipé, o Japão reivindica à Rússia as ilhas Curilhas do Sul / Territórios do Norte (mais concretamente, as ilhas Etorofu, Kunashiri, Shikotan e Habomai) e à Coreia do Sul as ilhotas Dokdo (em coreano) ou Takeshima (em japonês), no mar do Japão.

As rivalidades históricas e disputas territoriais envolvendo grandes potências como a China, a Índia, o Japão ou a Rússia somam-se alguns *hotspots* como a Caxemira, a questão de Taiwan ou a situação na península da Coreia, nos dois últimos casos envolvendo diretamente também os EUA.

A tudo isto, e em parte devido aos muitos problemas percecionados de segurança, acresce o aumento generalizado e bastante acentuado dos orçamentos de Defesa e o fortalecimento das capacidades militares, configurando uma latente “corrida aos armamentos” na Ásia-Pacífico.

Segundo o SIPRI *Military Expenditure Database*, entre 1988 e 2015 os orçamentos militares mais do que triplicaram na região Ásia-Pacífico, registando-se um aumento de 138 mil milhões USD para 450 mil milhões USD a preços constantes (enquanto, por comparação, no conjunto da Europa desceu de 717 mil milhões USD para 397 mil milhões USD nesse mesmo período 1988-2015). Os dados do SIPRI revelam também que o ranking dos maiores orçamentos militares do mundo, em 2015, inclui os EUA (1º e ainda bastante destacado), a RPChina (2º e já muito destacada dos seguintes), a Rússia (4º), a Índia (6º), o Japão (8º), a Coreia do Sul (10º) e a Austrália (13º); e que apenas na década 2006-2015 o orçamento de defesa da China teve um aumento de 132%, ao mesmo tempo que o da Rússia aumentou 91%, o da Índia 43%, o da Coreia do Sul 37% e o da Austrália 32% (SIPRI, 2016 – *Trends in world military expenditure*).

Similarmente, o top 10 dos maiores importadores de armamentos do mundo, entre 2011 e 2015, inclui a Índia (1º), a China (3º), a Austrália (5º), o Paquistão (7º), o Vietname (8º) e a Coreia do Sul (10º). Em termos regionais, a Ásia-Pacífico foi responsável por quase metade (46%) de todas as importações mundiais de armamentos (SIPRI, 2016 – *Trends in International Arms Transfers*). E isto num espaço regional, note-se, em que se encontram presentes algumas das maiores forças armadas do mundo, como as da RPChina, da Índia, da Coreia do Norte, da Rússia, do Paquistão, da Indonésia, do Vietname, do Myanmar, das Filipinas, da Coreia do Sul, de Taiwan e, claro, dos EUA.

Por outro lado, na Ásia-Pacífico subsistem graves desafios à proliferação de Armas de Destruição Massiva (ADM). A RPChina, a Coreia do Norte, a Rússia, os EUA, a Índia e ainda a Coreia do Sul são possuidores de armas químicas, sendo o Paquistão suspeito de as tentar desenvolver. Quanto às armas biológicas, a Rússia, a RPChina e a Coreia do Norte são suspeitas de as possuírem, enquanto a Índia e o Paquistão poderão estar a prosseguir programas de pesquisa ofensivos nesse domínio. E Estados Unidos, Rússia, China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte são potências militarmente nucleares, as mesmas que dispõem ainda de mísseis balísticos ofensivos com alcance superior a 1000 km, entre as quais dois Estados nunca signatários do Tratado de Não Proliferação nuclear (Índia e Paquistão) e um outro que, apesar de signatário de vários acordos de desnuclearização e em tempos parte do TNP até renunciar, em 2003, também se nuclearizou (a Coreia do Norte).

Mas, de novo, constitui a Ásia-Pacífico um “espaço de segurança” ou uma região distintiva na perspetiva da segurança internacional? Aparentemente sim, à luz de critérios que invocámos anteriormente e que, além da geografia, envolvem a percepção/referência pelos actores, o regionalismo e as inter-conexões entre os actores neste domínio.

Em termos de perceções e de referências à Ásia-Pacífico enquanto “espaço de segurança”, um mero exemplo é retirado do mais recente “livro branco” de defesa da RPChina, no primeiro capítulo dedicado à “National Security Situation”:

«Asia-Pacific geostrategic landscape, and international competition in the economic, scientific and technological, and military fields... As the world economic and strategic center of gravity is shifting ever more rapidly to the Asia-Pacific region... All these have a negative impact on the security and stability along China's periphery» (China, 2015: Cap I).

Outro exemplo é patente no *Defense of Japan 2016*, que aliás dedica toda uma secção ao “Asia Pacific Security Environment”:

«The Asia-Pacific is a unique region with a concentration of large-scale military forces... this region abounds in political, economic, ethnic, and religious diversity... Opportunities for bilateral defense exchanges between countries in the region have increased in recent years. Multilateral security dialogues... Promoting and developing such multilayered approaches among countries is also important to ensure stability in the region.» (Japan-MoD, 2016: Part I, Section 2).

A realidade é que poderíamos multiplicar os exemplos, pois as referências à Ásia-Pacífico enquanto espaço de segurança/insegurança são constantes em discursos, documentos e análises, dentro e fora da região.

Por outro lado, na Ásia-Pacífico há um processo de regionalismo crescentemente também no domínio da segurança. Dos quadros regionais, justifica-se destacar o *ASEAN Regional Forum* (ARF) – estabelecido em 1994 e que reúne oficialmente 27 participantes⁴ (da Índia aos EUA, da Rússia e Coreia do Norte a Timor-Leste e Austrália) para promover o diálogo e a cooperação na Ásia-Pacífico sobre questões de segurança – e outras plataformas que congregam os 10 países ASEAN e o conjunto do seus dez “parceiros de diálogo”, designadamente as *ASEAN Post Ministerial Conference* (juntando os 10 ASEAN + Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Índia, Japão, Nova Zelândia, Rússia e União Europeia) e o *ASEAN Defense Ministers'*

⁴ Aos dez membros da ASEAN (Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname) juntam-se Austrália, Bangladesh, Canadá, RPChina, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Rússia, Timor Leste, Estados Unidos e Sri Lanka.

Meeting-Plus (ADMM-Plus), onde os ministros da Defesa dos 10 ASEAN se associam a oito parceiros da Ásia-Pacífico (Austrália, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Índia, Japão, Nova Zelândia, Rússia).

Paralelamente, outras instituições regionais como os anteriormente referidos *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) e *East Asia Summit* (EAS) vêm alargando as suas agendas para incluírem diálogo e cooperação também sobre certos domínios de segurança, em particular segurança energética, luta contra o terrorismo, combate à pirataria marítima, prevenção e resposta a catástrofes naturais e combate à criminalidade organizada transnacional.

Na realidade, vêm proliferando os quadros, mecanismos e conferências regionais especificamente vocacionados para o diálogo sobre segurança e a promoção da confiança mútua e da cooperação prática na Ásia-Pacífico, intergovernamentais e não- governamentais, como também exemplificam o IISS *Shangri-La Dialogue* (originalmente denominado “Asia Security Summit”), o *Boao Forum for Asia* ou o *Committee on Security Cooperation in the Asia-Pacific* (CSCAP).

Este “regionalismo” no domínio da segurança alicerça-se na noção de que há preocupações de segurança que são comuns e cujas respostas implicam necessariamente o nível regional (designadamente, as chamadas “dimensões não convencionais”) e que determinadas questões têm de ser geridas e articuladas de forma cooperativa ou, no mínimo, numa postura não confrontacional, a fim de garantir a segurança e a estabilidade da Ásia-Pacífico de que, em última análise, todos beneficiam.

De facto, as interdependências e conexões em matéria de segurança entre os actores contribuem para sedimentar a ideia da Ásia-Pacífico como “espaço de segurança”, em larga medida porque a segurança ou insegurança de uns está intimamente associada à às políticas e evoluções de outros naquele espaço regional. Por exemplo, a segurança/insegurança do Japão, da Coreia do Sul, de Taiwan, da Austrália, do Paquistão e de vários países do Sudeste Asiático está directamente ligada, ainda que de forma diferenciada, à aliança, protecção ou parceria com os EUA mas também à evolução da RPChina; tal como a segurança da China está intimamente ligada à presença estratégica dos EUA na Ásia-Pacífico, às evoluções da Índia, do Japão e da Rússia ou às ocorrências em toda a sua vasta periferia; a segurança da Índia fortemente condicionada pelas percepções em relação à China, ao Paquistão, mas também face aos EUA e aos relacionamentos com os países do Sudeste Asiático, o Japão ou a Austrália; enfim, tal como todos os outros actores da região, também a Rússia e os EUA têm políticas de segurança específicas e autónomas na direcção da Ásia-Pacífico.

Daí também a proliferação de “parcerias estratégicas” bilaterais entre praticamente todos os actores proeminentes da região, de “triângulos estratégicos” (como Rússia-China-Índia, China-Japão-Coreia do Sul) e de outros formatos como a “Iniciativa Quadrilateral” envolvendo EUA, Japão, Austrália e Índia ou o diálogo ASEAN+3 (China, Coreia do Sul e Japão).

Embora estes mecanismos e parcerias tenham as motivações mais diversas, muitas vezes numa lógica essencialmente de contrapeso face a eventuais rivais regionais, facto é que há a impressão comum de que tudo faz parte de um jogo estratégico num determinado “teatro de operações” ou “espaço de segurança” designado Ásia-Pacífico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta primeiramente a geografia mas também à luz das percepções e referências regionais e extra-regionais, do processo de “regionalismo” e ainda do nível ou da intensidade das interacções entre os actores, pode dizer-se que a Ásia-Pacífico constitui não só um espaço regional mas também um espaço económico e um espaço de segurança – ainda que outras designações pretendendo referir o mesmo espaço, como “Ásia Oriental”, possam suscitar dúvidas na sua designação.

Apesar de as fronteiras desse teatro de comportamentos e interacções, ou a abrangência do que se designa por Ásia-Pacífico, serem ambíguas e fluídas, ao sobrepormos as perspetivas da geoeconomia e da geopolítica podemos perceber que os espaços económico e de segurança da Ásia-Pacífico são genericamente coincidentes, abarcando desde a Índia às ilhas do Pacífico, da Rússia à Austrália. Ou seja, a região Ásia-Pacífico corresponde, essencialmente, à Ásia Oriental (conjunto do Nordeste e do Sudeste Asiáticos) a que se somam o subcontinente indiano e a Oceânia. Evidentemente, tal não invalida a existência de outras regiões e sub-regiões dentro da mais ampla Ásia-Pacífico, nem que existam outros actores “não residentes” geograficamente, mas muito importantes e interactuantes na região, com destaque para os EUA.

A coincidência das dimensões económica e de segurança no mesmo espaço Ásia-Pacífico tem efeitos ambivalentes. Por um lado, o crescimento económico gera certos dilemas de segurança na região, como sejam a intensificação das dependências e da competição por mercados, recursos e rotas ou a maior disponibilidade financeira para os actores fortalecerem as respectivas capacidades militares, o que, por seu turno, contribui para a impressão de uma

corrida aos armamentos na região. Acresce que o crescimento do poder económico e estratégico de várias potências da Ásia-Pacífico e da região no seu conjunto está a ter implicações profundas nos equilíbrios e nos cálculos geopolíticos, regionais e globais, tornando o ambiente volátil e em que o rumo dos acontecimentos, comportamentos e interações é incerto.

Por outro lado, porém, a prioridade atribuída ao desenvolvimento económico pela generalidade dos actores e a predisposição para o diálogo e a cooperação com o objectivo de manter o dinamismo económico e comercial de cada um e da região no seu conjunto, ainda para mais num contexto de percepcionada competição da Ásia-Pacífico com outros blocos regionais, parece ser um factor decisivo, quer para a moderação de certos comportamentos e reivindicações, quer para o fomento do diálogo e de uma postura cooperativa também nos domínios da segurança. Ou seja, além de inúmeros riscos e desafios à segurança percepcionados como comuns que vêm favorecendo esforços partilhados e articulados para benefício da segurança de cada um e de todos na região (designadamente nas dimensões não convencionais), há manifestamente interesse comum em manter a segurança e a estabilidade na Ásia-Pacífico, sem as quais estariam em causa os respectivos projectos de desenvolvimento.

Porventura, radica aqui parte substancial da explicação para a relativa paz na Ásia-Pacífico, de que todos os principais actores vêm beneficiando. A questão, ou melhor, a incógnita reside em saber se é essa motivação que vai continuar a pontificar no espaço económico e de segurança da Ásia-Pacífico.

Referências

- APEC. *About APEC*. [em linha] <http://www.apec.org/about-us/about-apec.aspx> (acesso em 31.12.2016).
- ASEAN. RCEP About. [Em linha] http://asean.org/?static_post=rcep-regional-comprehensive-economic-partnership (acesso em 31.12.2016).
- AUSTRALIAN GOVERNMENT – Department of Foreign Affairs and Trade, East Asia Summit (EAS). [Em linha] <http://dfat.gov.au/international-relations/regional-architecture/eas/pages/east-asia-summit-eas.aspx> (acesso em 31.12.2016).
- CHINA, People's Republic of – The State Council Information Office (2015). *China's Military Strategy*. Beijing, May 2015.
- CRED – Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. EM-DAT, *The International Disaster Database* [Em linha], <http://www.emdat.be/> (acesso 1.12.2016).
- DENT, CHRISTOPHER M. (2008). *East Asian Regionalism*. Routledge.
- EUROPEAN COMMISSION. *Trade Statistics – countries and regions*. [Em linha] http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/statistics/index_en.htm (acesso em 27.12.2016).
- FMI – IMF *Asia Pacific countries*. [Em linha] <http://www.imf.org/external/oap/about.htm#asiaregion> (acesso em 24.12.2016).
- FMI (2016) – IMF *World Economic Outlook* (Oct. 2016) / *Data Mapper*. [Em linha] <http://www.imf.org/external/datamapper/> (acesso em 30.12.2016).
- JAPAN MINISTRY OF DEFENSE (MOD) (2016). *Defense of Japan 2016*. [Em linha] http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2016.html
- JAPAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MOFA) (2016). *Diplomatic Bluebook 2016*. [Em linha] <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2016/html/index.html>

- OBAMA, BARAK (2011). *Remarks by President Obama to the Australian Parliament*. Canberra, Australia, November 17, 2011. The White House, Office of the Press Secretary [Em linha] <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament> (acesso em 27.12.2016).
- OMC – WTO (2016). *World Statistics Review 2016*. [Em linha] https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2016_e/wts2016_e.pdf (acesso em 22.12.2016).
- OMC – WTO, *Regional Trade Agreements – Scope of RTAs*. [Em linha] https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/scope_rta_e.htm (acesso em 31.12.2016).
- ONU – UN Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP). [Em linha] <http://www.unescap.org/> (acesso em 24.12.2016).
- ONU – UN Regional Groups of Member States. [Em linha] <http://www.un.org/depts/DGACM/RegionalGroups.shtml> (acesso em 24.12.2016).
- ONU – UN Statistics Division. *Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings* (revised 26 September 2016). [Em linha] <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm> (acesso em 24.12.2016).
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). *Military Expenditure Database*. [Em linha] <https://www.sipri.org/databases/milex> (acesso em 28.12.2016).
- SIPRI (Apr. 2016). *Trends in world military expenditure, 2015*. SIPRI Fact sheet.
- SIPRI (Feb. 2016). *Trends in International Arms Transfers, 2015*. SIPRI Fact sheet.
- START – National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism, University of Maryland. *GTD – Global Terrorism Database*. [Em linha] <https://www.start.umd.edu/gtd/> (acesso 1.12.2016).
- TOMÉ, LUÍS (2009). “Security and Geopolitics in East Asia today: one region, two faces” in TOMÉ, Luís (ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Prefácio, pp 27-81.

TOMÉ, LUÍS (2010). *A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais. Universidade de Coimbra-Faculdade de Economia. [Em linha] <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A%20geopol%C3%ADtica%20e%20o%20complexo%20de%20seguran%C3%A7a%20na%20%C3%81sia.pdf> (acesso 25.12.2016).

TOMÉ, LUÍS (2013) “A Arquitectura de Segurança na Ásia-Pacífico” in *Nação e Defesa*, nº 134, pp. 21-42.

TOMÉ, LUÍS (2015). “Multilateralismo e Regionalismo na Ásia-Pacífico” in *Anuário Janus 2015-2016* – Cap 3. Integração Regional e Multilateralismo. Lisboa: OBSERVARE, pp.130.131.



O OBSERVARE (Observatório de Relações Exteriores, centro de estudos em relações internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa) propôs a um conjunto de especialistas um programa transnacional de investigação para averiguar até que ponto o normal funcionamento das actividades sociais e económicas é suportado por garantias de segurança. Em tempos de fronteiras voláteis, de regionalização interestatal e de processos globalizadores nem sempre é claro se são necessários sistemas de segurança colectiva ou, achando-se necessários, como os organizar, como não é claro quais os agentes e quais os instrumentos dotados de condições para assegurar a base sólida onde assentem as dinâmicas sociais e o funcionamento dos mercados. Daí a equação que resume tais incertezas: espaços económicos e espaços de segurança. Na presente edição, ao longo de vinte e oito estudos (escritos em português, inglês, italiano e espanhol), este problema é analisado, esclarecendo os conceitos, identificando os espaços, considerando as organizações e observando os recursos.



Alexandre Carriço
Alexandre de Sousa Carvalho
Alice Bouman-Dentener
Álvaro de Vasconcelos
Ana Paula Brandão
Brígida Brito
Carlos Branco
Catarina de Albuquerque
Constantino Xavier
Daniele Scalea
Edoardo Boria
Enrico Mariutti
Fernando Jorge Cardoso
Filipe Vasconcelos Romão

Helena Salim de Castro
Heriberto Cairo Carou
Isabel Ferreira Nunes
Jaime Ferreira da Silva
Jerónimo Ríos Sierra
João Fernando Finazzi
Josefina Maestu
Luís Bernardino
Luís Moita
Luís Tomé
Luís Valença Pinto
Luíza Gimenez Cerioli
Marco António B. Martins
Maria João Seabra

Maria Raquel Freire
Mario G. Losano
Mateus Kowalski
Matteo Marconi
Paloma García-Picazo
Patrícia Galvão Teles
Priscila Villela Frascino
Rafael Calduch Cervera
Ricardo Real P. Sousa
Rodrigo Augusto D. Amaral
Silvério da Rocha-Cunha
Sofia José Santos
Vânia Carvalho Pinto
Viriato Soromenho-Marques

ISBN: 978-989-8191



9 789898 191779